

PRÁTICAS DE ASG DIVULGADAS PELO BANCO DO BRASIL

Miriane Souza Pinheiro de Lima¹

RESUMO

Assim como a natureza muda, a sociedade, através dos avanços nas pesquisas científicas, também muda sua percepção. Percebendo a necessidade de transformação no comportamento de consumo, muitas pessoas passaram a recorrer a empresas que possuem um posicionamento compatível. Como resultado disso, muitas companhias mudaram suas estratégias e adotaram as práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG). Os relatórios de administração dos anos de 2020, 2021 e 2022, da empresa Banco do Brasil (BB) foram escolhidos como objeto de estudo neste trabalho. O objetivo desta pesquisa foi verificar o desempenho do Banco do Brasil em relação às práticas ASG adotadas. A pesquisa foi descritiva e exploratória, com busca de embasamento através de procedimento bibliográfico, visando a responder de que modo as práticas ASG do BB têm colaborado também para que outras empresas, inclusive no momento da concessão do crédito, passem a adotar critérios sustentáveis em sua linha de trabalho. As principais conclusões mostram que o BB tem evoluído nas práticas ASG, suas ações não se limitam a corporação internamente, mas os seus produtos são voltados para o tema; e que as empresas tomadoras de crédito também precisam se comprometer com as práticas de Meio Ambiente, Social e Governança (ASG).

Palavras-chave: ASG; Governança; Eficiência; Concessão de Crédito.

1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial trouxe consigo basicamente dois elementos: a produção em larga escala e o sistema de produção linear. Esse novo estilo de gerenciamento tornou as organizações mais complexas e com isso elevando o processo de tomada de decisões a níveis de dificuldade cada vez maiores (SILVA, 2021).

Dentre os elementos a serem analisados como forma de garantir que a tomada de decisões aconteça de maneira assertiva encontram-se as práticas ASG, em inglês ESG (*Environmental, Social and Governance*), que são medidas de valorização de princípios e fatores orientadores aos critérios ambientais, sociais e de governança. Esses fatores são decisivos tanto para a concessão do crédito por parte da organização financeira quanto para a promoção de investimentos da iniciativa privada nas empresas do setor financeiro (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A sociedade atual preocupa-se muito com temas relacionados ao meio ambiente, inclusive os consumidores investigam o quão engajada determinada empresa está e qual o seu

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da ESAN/UFMS.

nível de comprometimento, utilizando isso como pré-requisito na hora de escolher a marca dos produtos ou serviços (MAGALHÃES, 2023).

Tendo conhecimento disso, as empresas vêm cada vez mais implementando ações com intuito de minimizar os impactos negativos ao meio ambiente decorrentes de suas operações; bem como as diversas áreas do conhecimento buscam alternativas para que as ações antrópicas negativas do sistema produtivo sejam mitigadas. Para que isso ocorra de modo que todas as partes sejam beneficiadas, é necessário que as empresas passem a enxergar seus fornecedores e colaboradores (internos e externos) não como custos e despesas, mas sim como parceiros com o mesmo objetivo que é atender o cliente final (MAGALHÃES, 2023).

Segundo Magalhães (2023), é necessário que a rede de parceiros além de adicionar valor aos produtos e serviços, estejam comprometidos com as práticas de Meio Ambiente, Social e Governança (ASG) para garantir o sucesso da corporação.

Lima e Viegas (2002), afirmam que o interesse das empresas com o meio ambiente envolve questões éticas e econômicas, pois a conduta das mesmas com relação ao meio ambiente pode determinar suas continuidades no mercado. Assim, é essencial que se opte pela forma de intervenção que proporcione o melhor custo/benefício e o menor impacto ambiental negativo possível. E é nesse contexto de sustentabilidade ambiental e longevidade das empresas que as práticas ASG estão inseridas.

Segundo Ungaretti (2020), há três principais razões para que as corporações busquem incorporar em suas culturas os fatores ASG:

- Cada vez mais os investidores estão investigando a dedicação e preocupação das empresas com o ASG, além disso é notável um fluxo de capital aumeneta para fundos e ativos que estão em consonância com estes princípios, em contrapartida os mesmo investidores procuram excluir de suas carteiras de investimento as participações em empresas que não estão acompanhando esta tendência. Ademais, grande parte dos consumidores apresentam uma grande preocupação com os recursos naturais, poluição e uso de embalagem em excesso e por isso julgam que as empresas devem colaborar com a melhora do meio ambiente;
- A regulamentação baseada na agenda ASG vem sendo cada vez mais adotada pelos países. Os governos têm estabelecido metas para impulsionar o desenvolvimento das ações ASG;
- A adoção das práticas ASG possui correlação com retorno financeiro.

O BB foi fundado em 1808, sendo o primeiro banco a atuar no Brasil. Atualmente, é uma sociedade de economia mista, conduzida pelas normas da iniciativa privada. O BB é uma

das maiores instituições financeiras do Brasil e possui ampla carteira que inclui serviço de investimentos, crédito rural, serviços inerentes a banco comercial, entre outros. Desde 2005 existe um Plano de Sustentabilidade orientado pelas práticas ASG que colaboram para a potencialização de resultados sustentáveis no curto, médio e longo prazos. Em 2017 houve atualização no plano e foi batizado como Agenda 30 BB - em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (BB 2020). Confirmando os esforços do BB, a empresa fez parte do ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023 – Global 100 e, pela quarta vez, foi eleito o Banco Mais Sustentável do Planeta (CORPORATE KNIGHTS, 2022).

Com base no empenho dessa companhia em relação às questões ambientais divulgadas, este artigo explorou os relatórios de administração do Banco do Brasil no que se refere às práticas ASG adotadas. Com objetivos específicos de verificar se o BB utiliza o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) segundo a *Internacional Organization for Standardization* (ISO) 14001:2015 e/ou outras ferramentas de gerenciamento ambiental; identificar se a organização possui metas e indicadores de desempenho referentes à área ambiental e como são mensurados. Foi realizada coleta de dados no portal online do BB onde constam seus relatórios ambientais.

Este trabalho foi motivado pela falta de informações sobre contabilidade ambiental (WOLFF E BEHR, 2018), pois, apesar de muitas empresas terem incluído em suas políticas e cultura organizacional diversas informações demonstrando responsabilidade com o meio ambiente, pouco é divulgado sobre as implicações financeiras que o zelo com o meio ambiente proporciona. Desse modo, esta pesquisa visa contribuir com os estudos acerca do tema sustentabilidade e responder à seguinte indagação: Quais são as práticas ASG divulgadas pelo Banco do Brasil?

O tema das práticas ASG é relevante para empresas que desejam se desenvolver de maneira harmoniosa com a sociedade que está cada vez mais exigente não só com os produtos, mas também com a postura das organizações com relação ao meio ambiente e a forma de prestação de serviços ou fornecimento de produtos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ambiental, Social e Governança

O conceito de ASG foi criado em 2004 na publicação do pacto global da ONU e

colaboração do Banco Mundial, denominado “*Who Cares Wins*”. O ASG veio como desafio a 20 empresas do ramo financeiro, entre elas o Banco do Brasil, para que pudessem integrar os fatores Ambientais, Sociais e de Governança no mercado financeiro. O pacto traz como justificativa para utilização dos fatores ASG a melhor performance nas três áreas trazendo uma criação de valor garantindo um aprimoramento na reputação da marca, impactando a competitividade e o desenvolvimento financeiro (THE GLOBAL COMPACT, 2004).

Na tabela abaixo está sintetizado o foco de cada letra da sigla ASG.

Tabela 1 – Abrangências do Termo ASG

A	MEIO AMBIENTE	Mudanças climáticas; Necessidade de redução de emissão de gases de efeito estufa; Utilização de energia renovável; Gestão eficiente de recursos naturais.
S	SOCIAL	Saúde e segurança no trabalho; Direitos humanos; Cultura empresarial; Diversidade e inclusão social.
G	GOVERNANÇA	Gestão anti-suborno e corrupção; Práticas contábeis e de divulgação.

Fonte: elaboração própria adaptada de Tinoco e Kraemer (2011)

No BB existem diversos fundos que consideram os princípios do ASG como elementos norteadores a serem considerados no momento do investimento. Dentre os fundos de caráter sustentável podem ser citados a título de exemplo: BB multimercado ASG; BB ações governança; BB multimercado global vita private; BB multimercado global *green private* e BB multimercado carbono. Esses são somente alguns dos fundos de investimentos existentes na carteira do Banco e que privilegiam um modelo em que os recursos finitos são importantes métricas direcionadoras no momento da alocação do investimento (MACHADO; VENDRUSCOLO; RODRIGUES, 2022).

Em seus estudos, Souza (2022) traz diversos apontamentos sobre ASG. O autor elenca as dimensões de Meio Ambiente, social e de governança do modelo de gestão:

1. Ambiental: iniciativas voltadas para o consumo de energia, água e eficiência energética, reciclagem, emissão de gases poluentes, preservação da biodiversidade, medidas anti-desastres e consciência ambiental. 2. Social: iniciativas voltadas para as relações da empresa com seus colaboradores, clientes e sociedade. Focam no engajamento e rotatividade da equipe; desenvolvimento intelectual dos funcionários; atração e retenção de talentos; segurança e saúde dos colaboradores, relações com os clientes; rede de fornecedores e impactos na comunidade local e políticas de diversidade. 3. Governança: iniciativas focadas no alinhamento e direitos dos acionistas; alinhamento na remuneração dos executivos; independência, experiência

e remuneração do Conselho de Administração; práticas contábeis; solidez dos controles e processos internos, transações com partes relacionadas, transparência e responsabilidade, estrutura de classes de ações e prevenção a corrupção (SOUZA, 2022, p. 09).

As práticas ASG ganharam ainda mais repercussão nos últimos anos devido à atuação de grandes *playeres*² do mercado de investimentos não só no Brasil, mas em toda a Europa. Com isso diversas normativas começaram a ser aprovadas de modo a direcionar a atuação dos grandes bancos bem como a sua relação com seus investidores, acionistas e ao mesmo tempo elaborar uma política de crédito mais sustentável (SOUZA, 2022).

No que diz respeito à atuação do Banco do Brasil, são valores que o Banco adota em relação às práticas ASG a transparência, a integração e o engajamento. A transparência diz respeito à divulgação de relatórios e votos em assembleias; a integração está relacionada com a correta junção e combinação dos fatores de ambientação; sociedade e governança, três valores que precisam caminhar lado a lado para que as coisas aconteçam. E por fim o engajamento que pressupõe que seja construída uma metodologia própria e específica na escolha de membros de conselhos, valorizando pessoas diferentes, mas que não tenham princípios destoantes da realidade da instituição e daquilo que planeja para o futuro (MACHADO; VENDRUSCOLO; RODRIGUES, 2022).

Esses valores têm sido cada vez mais incorporados à realidade da instituição conforme relatório do ano de 2021.

A integração dos aspectos relacionados a questões ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG, da sigla em inglês), na análise de empresas com ativos listados em bolsa, está se tornando uma prática cada vez mais disseminada nos mercados financeiros em todo o mundo. Muitas gestoras de recursos no exterior, assim como algumas aqui no Brasil, já vêm incorporando critérios ESG em suas políticas de investimento. Na Europa, onde práticas de investimento sustentáveis já se consolidaram há alguns anos, a demanda dos investidores por ativos que estejam alinhados com os princípios ESG não para de crescer. Em 2020, o mercado de títulos “verdes” (destinados ao financiamento de projetos ambientais e sociais) captou o valor recorde de US\$ 732 bilhões com a União Europeia liderando esse processo. Nos EUA, a administração de Joe Biden deve ajudar a disseminar a agenda ESG, sobretudo em aspectos relacionados ao clima. Além disso, há uma crescente conscientização por parte dos agentes em geral, apoiada por pesquisas acadêmicas, acerca dos benefícios de se incorporar fatores ESG na análise de investimentos (BANCO DO BRASIL, 2021, p. 04).

Como forma de promover esses valores, a instituição promove campanhas e acelera por meio de investimentos o crescimento de outras empresas que pactuam do mesmo objetivo, a promoção da sustentabilidade e a adoção de governança orientada à valorização ambiental. O mercado de investimentos, ações e de crédito acaba também sendo impactado por políticas adotadas pelas instituições, sendo natural que na escolha de parceiros de longo prazo e mesmo

² Empresas que têm relevância no ramo em que atuam.

no financiamento de outras empresas, sejam preferidas as que possuem pelo menos visões de mundo semelhantes ao seu financiador, fazendo com que haja ampla disseminação dos mesmos ideais e atingindo cada vez mais um número maior de indivíduos (MACHADO; VENDRUSCOLO; RODRIGUES, 2022).

2.2 Sustentabilidade

Sustentabilidade é o termo que é constantemente utilizado quando se fala em preservação do meio ambiente; devido a degradação acelerada do meio ambiente esse assunto é cada vez mais atual. São muitos os problemas enfrentados, entre eles estão: a poluição, extinção de espécies de animais, redução da disponibilidade de água potável, mudanças climáticas, crescimento da população mundial, entre outros. Alguns desses estão relacionados à economia mal planejada, pois o avanço tecnológico exige a criação rápida de novos produtos para atender novas demandas que são cada vez maiores, aumentando o consumo e com isso impactando o entorno atingido.

A sustentabilidade, segundo Veiga (2010), é um assunto a ser discutido em dois tópicos: ecologia e economia. Ecologia é importante ser analisada para o conhecimento dos limites da natureza, o quanto ela pode ser sacrificada para benefício da empresa. A economia naturalmente está interessada na parte financeira da empresa, o quanto ela produzirá de valor, e quais são as projeções para os próximos anos.

As empresas, por fazerem parte da sociedade, não devem ser isentas com relação a preservação/conservação ambiental, sabendo disso viu-se a necessidade de muitas áreas administrativas se envolverem e criarem estratégias para manter a empresa e conservar o meio ambiente ou até mesmo regenerá-lo. Assim, surgiu a gestão ambiental para desenvolver a cultura organizacional trazendo benefícios tanto econômicos como sociais (MAGALHÃES 2023)

Por seu turno, para implementação de uma gestão ambiental a empresa precisa seguir normas/encargos. Uma das normas que traz esses elementos é a ISO 14001 a qual elenca requisitos de Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A adoção da ISO com todas as condições, gera a certificação, o que pode atrair mais clientes, diminuir as chances de multas ambientais, redução de consumo de matéria-prima e recursos energéticos, conseqüentemente beneficia a organização e o meio ambiente.

Nesse contexto, surgiu o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que se constitui em

processo de mudança na qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais serão feitas atendendo às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (THE GLOBAL COMPACT, 2004).

O inventário Gases de Efeito Estufa (GEE) tem por objetivo produzir relatórios e a partir disso incentivar ações para mitigar a emissão de gases de efeito estufa (ISO 14064:1). Além disso, leva a uma consequente redução de custos para a corporação. Tendo em vista a mudança de perfil dos investidores atuais, cada vez mais preocupados com meio ambiente, a boa gestão de GEE, pode atrair novos investimentos. Com a elaboração e alimentação de um inventário, também é possível se manter nos limites da legislação ambiental (ABNT, BID, 2016).

2.3 Risco socioambiental e investimento sustentável

O risco socioambiental é a possibilidade de prejuízos provocados por episódios relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, e também relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais, conforme definição do Conselho Monetário Nacional (CMN nº 4.943/2021)

Segundo *International Finance Corporation* (IFC) (2011), o investimento sustentável é definido como tudo que engloba em seus ativos os fatores ASG, levando em consideração a longevidade do negócio e do meio ambiente.

A redução dos riscos inerentes à atuação empresarial pode ser realizada de maneira gradual e por meio da fixação de metas e objetivos de curto, médio e longo prazo. Também é importante que essas ações sejam efetivamente acompanhadas de atuações ativas por parte dos colaboradores, evidenciando desse modo a participação de todos os envolvidos e maximizando os resultados existentes (MACHADO; VENDRUSCOLO; RODRIGUES, 2022).

Segundo ensinam Machado, Vendruscolo e Rodrigues (2022), essa redução dos impactos ambientais pode ser entendida como a adoção de uma postura pró-ativa da instituição em prol de objetivos maiores que simplesmente a lucratividade, mas essa atividade orientada ao resguardo das questões ambientais também pode gerar maior impacto econômico e acelerar o crescimento econômico das organizações. Sendo assim, mesmo que a princípio possa significar uma dificuldade na obtenção de resultados financeiros, também é plenamente possível a maximização desses resultados a partir da defesa dos recursos não renováveis do

planeta terra.

Para Minardi (2021) essa postura, que é denominada pelos autores acima mencionados de pró-verde, nada mais é do que a utilização das finanças em valorização ao aspecto sócio-ambiental e proteção dos recursos naturais. A autora elenca como fator de decisão para as empresas investidoras do século XXI a análise acerca da existência ou não de atuações que sejam focadas na redução de GEE além de outras questões a serem pontualmente observadas caso a caso como, por exemplo, os setores de atuação, a adoção de práticas ASG dentre outras possibilidades.

A Resolução CMN nº 4.945 de 2021, estabelece que a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) “consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas”.

Os Princípios do Equador são balizadores quanto aos critérios para concessão de crédito pelas instituições financeiras em nível global. A sua adesão é voluntária, no entanto pode auxiliar no processo de análise dos possíveis clientes através dos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC.

Dentre estes aspectos é necessário que a instituição financeira tenha conhecimento de que deve contribuir positivamente para a natureza climática, ambiental e social, e deverá inspecionar continuamente todas as ações para a eficácia da PRSAC.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa descritiva e exploratória por abordar um assunto que envolve dados qualitativos a serem avaliados. A pesquisa exploratória, normalmente, direcionada a temas que são pouco explorados por ser difícil o levantamento de hipóteses. Já a pesquisa descritiva, tem como meta mapear as características de determinado fenômeno ou grupo, ou também a relação entre as variáveis. Ambas as definições se encaixam nos objetivos deste estudo (GIL, 2019).

No tocante ao procedimento técnico, foi utilizado o bibliográfico para o embasamento teórico, a fim de estabelecer um grau aceitável de confiabilidade na pesquisa, as análises de dados foram correlacionadas através de diferentes métodos e técnicas conforme necessário para revisões de pesquisas em ciências sociais (Van de Ven, 2007). Foram utilizados artigos, livros, normas e regulamentos acerca do tema.

Além disso, foram analisados os Relatórios da Administração do Banco do Brasil. O objetivo principal é verificar o desempenho do Banco do Brasil em relação às práticas ASG adotadas e ainda, investigar quais foram as implicações financeiras que as medidas implementadas trouxeram às empresas. Desse modo torna-se possível investigar a situação da organização quanto à sua postura frente às questões socioambientais e suas ações para mitigar os impactos causados por suas atividades operacionais baseadas nos fatores ASG.

Para compor o referencial teórico, foi utilizada a base de dados Scielo com os seguintes filtros: Título e resumo contendo o termo “ASG” na área de Ciências Sociais Aplicada. Desta busca retornaram 15 resultados entre 2007 e 2022. Já na base Spell com a mesma filtragem, foram apresentados 25 resultados publicados entre 2006 e 2023. Muitos dos artigos são estudos recentes e correlacionam as práticas ASG ao bom desempenho financeiro, reputação corporativa e criação de valor.

Também foram utilizadas as regulamentações emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU) que busca promover a cooperação internacional sobre diversos assuntos de interesse comum. Além dos citados anteriormente, buscou-se embasamento nas legislações e ISO.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Banco do Brasil apresenta suas políticas, diretrizes e compromissos em seu site corporativo. Além disso, é possível acessar os relatórios anuais da instituição. Para a elaboração deste trabalho, foram feitas análises das práticas ASG divulgadas nos relatórios dos anos de 2020, 2021 e 2022.

A concessão de crédito pela instituição acaba tendo além dos critérios tradicionais do mercado financeiro uma análise da responsabilidade ambiental da empresa solicitante. Por estar preocupado com questões sustentáveis, o BB preocupa-se em fornecer crédito e investimentos a empresas que pactuam desse mesmo viés orientado à sustentabilidade. Relatórios apontam que o banco tem como planejamento atingir o valor de vinte bilhões de reais até o ano de 2025 em práticas ASG, demonstrando que verdadeiramente a instituição se preocupa com as questões envolvendo os recursos naturais do planeta (MACHADO; VENDRUSCOLO; RODRIGUES, 2022).

A concessão de crédito tem por finalidade a alavancagem de empresas ou instituições, em sua grande maioria do setor privado, de modo a assegurar competitividade no mercado.

São empresas que têm se preocupado em combinar suas práticas com as questões sustentáveis, dentre outras, e que têm recebido apoio do BB: Lojas Renner; Petrobrás; Klabin e Natura. Essas são algumas das empresas que fomentam a discussão acerca da importância do modelo comercial como forma de melhorar o combate às antipráticas ambientais. O modelo de negócio pode impactar significativamente outras empresas do mesmo segmento a adotarem práticas de igual relevância em favor da comunidade e da natureza, sem mencionar os impactos que provoca na sociedade, sobretudo aos consumidores daquele determinado grupo (BB, 2021).

O Banco do Brasil possui uma política de crédito com padrões socioambientais para a análise de crédito e o exame de potenciais riscos, com o intuito de aprimorar as ferramentas de prevenção, mitigação e gestão de riscos socioambientais decorrentes de suas operações de crédito. As áreas com análise mais criteriosas são as que lidam com Recursos Hídricos, Floresta e Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos

A política de crédito do BB avalia o risco de crédito que, segundo Leuter e Klefens (2015), “é o risco que um banco corre de não receber a quantia emprestada ou financiada a um cliente.” Com a finalidade de acompanhar e divulgar, anualmente é publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos.

O BB segue diversas balizas quando o assunto é utilização das práticas ASG, na tabela abaixo está apresentada a Norma ISO 14001, uma importante diretiva no tocante ao modelo de negócio com base em ASG. A normativa se traduz em um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no BB, e a instituição promove e acompanha ações relacionadas aos impactos ambientais. Através deste sistema é possível coordenar os esforços para uma melhoria contínua na performance do cuidado da corporação. O principal foco é a ecoeficiência, aspirando reduzir o consumo de recursos naturais, minorar a geração de resíduos e controlar as emissões de GEE. Em seus relatórios da administração, o Banco do Brasil apresenta produtos e serviços com atributos ambientais, sociais e de governança. A empresa expõe que seus compromissos são orientados pela PRSAC (BB, 2021).

A tabela a seguir evidencia os 10 compromissos que o Banco do Brasil se dispôs a cumprir nos anos seguintes a partir de 2020. Foram estabelecidas metas e indicadores de desempenho que poderão mensurar o nível de avanço.

Tabela 2 - Metas de desempenho do BB até 2030

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS	INVESTIMENTO RESPONSÁVEL	GESTÃO ASG
-----------------------	--------------------------	------------

Fomento à energia renovável	Investimento de até 20 bilhões de reais em fundos ASG até o ano de 2025	Compensação de emissão de gases GEE a partir de 2021 com redução em 30% até 2030.
Fomento à agricultura sustentável	Investimentos em recursos sustentáveis até o ano de 2030 em aproximadamente 30 bilhões de reais.	Diversidade nos cargos de liderança, valorizando diferentes gêneros e etnias com ocupação de 30% para mulheres e 23% pretos e pardos até o ano de 2025.
Fomento ao empreendedorismo		Valorização do relacionamento digital entre a instituição e seus clientes.
Investimentos direcionados à eficiência municipal e estadual		

Fonte: BB (2020)

Na sequência são apresentadas as práticas ASG implementadas segundo os relatórios da administração do BB publicados nos anos de 2020, 2021 e 2022.

4.1 Ano de 2020

4.1.1 Ambiental

No BB, a Eficiência Energética teve grande destaque no ano de 2020. Obteve-se a redução de 6,7% do consumo de energia elétrica em relação ao ano de 2019, equivalente a uma economia de 42 milhões de reais a menos na despesa anual. Isto é consequência das medidas de conscientização do efetivo, e por conta da limitação de funcionários nas dependências do banco por causa da pandemia.

Comprovando seu compromisso com as práticas sustentáveis, no fim do ano de 2020 o BB manteve alguns certificados que confirmam o comprometimento com o meio ambiente:

- *Leadership in Energy and Environment Design (LEED)*, certificação concedida pela *Green Building Council* à construções sustentáveis, como é o caso da Sede em Brasília do BB;
- ISO 14.001 do Sistema de Gestão Ambiental que funciona na Sede de Brasília e no Edifício Torre Matarazzo, em São Paulo (SP), a Gestão Ambiental BB (GABB) é verificada por auditoria interna e externa que atestam a efetividade do SGA;
- Certificados de Energia Renovável (REC).

O Banco garante que 100% da energia consumida pela empresa a partir de 2020 é gerada por fontes de energia renovável.

Em complemento às estratégias de eficiência energética, também está realizando a migração para o mercado livre de energia. Em 2020 já existiam 24 prédios atuando com esta ferramenta e isto resultou em R\$4,5 milhões em economia em relação a compra de energia diretamente com a concessionária.

Quanto aos GEE, no ano de 2020, expôs no relatório o objetivo de traçar estratégias para reduzir as mudanças climáticas. Para isto, passou a contabilizar as emissões de GEE produzidas pelo BB, segundo a metodologia do Programa Brasileiro GHG *Protocol*. Este é um instrumento utilizado para estimar a emissão de gases de efeito estufa (FGV, 2008).

Em busca de uma maior amplitude e fidedignidade em seu Inventário de Emissão GEE, o Banco do Brasil contratou o serviço externo de auditoria ambiental. A auditoria analisou se o BB está de acordo com a ISO 14.064 e procedimentos estabelecidos pelo GHG *Protocol*. Foi concedido o Selo de Ouro do Programa Brasileiro GHG *Protocol* pela pelos atributos e confiabilidade do relatório.

O Programa BB Papel Zero é uma ferramenta para monitoramento do consumo de papel que surgiu em 2017. Este instrumento tem como objetivo extinguir o uso do papel nos processos do BB. Entretanto esta ação vai além dos impactos ao meio ambiente, busca também reduzir despesas com impressão, postagem de documentos, conserto de equipamentos de impressão, transporte e armazenagem, e ainda toner, bobinas, malotes e outros.

Em 2020, a empresa obteve uma redução de 23,9% do consumo de papel em relação a 2019. Em comparação a 2017 a redução foi de 54%. Com boas expectativas de evolução, ficou estabelecida a meta de redução em 20% para 2021 em relação ao ano de 2020. O BB divulgou ainda o desafio de zerar o consumo até o ano de 2025.

4.1.2 Social

O Banco do Brasil possui um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) que promove a qualidade de vida no ambiente de trabalho, colocando a segurança, saúde como prioridades ao considerar os aspectos sociais, biológicos e psicológicos. Para cumprir com esta política, a Rede de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt) realiza ações estratégicas através dos profissionais engenheiros do trabalho, médicos, enfermeiros e auxiliares. Por meio do Programa de Gerenciamento de Risco, foram realizadas 540 avaliações de riscos ambientais, 535 inspeções de segurança e dez análises ergonômicas com os profissionais do Sesmt.

A corporação possui também o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que tem a missão de avaliar os riscos, inspecionar o nível de segurança e ainda fazer análises ergonômicas. As avaliações permeiam por diversas variáveis como iluminação, temperatura, ruídos ou até mesmo riscos químicos no ambiente de trabalho. O resultado desse trabalho foi a redução de 422 acidentes de trabalho em 2019 para 199 acidentes em 2020.

Quanto à diversidade e inclusão, o BB considera de suma importância a proporcionalidade quando se trata de representatividade seja de gênero ou raça, em qualquer nível hierárquico. Entretanto, esta pesquisa focou na diversidade dos grupos responsáveis pela governança que inclui os seguintes Conselhos dentro da instituição, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Os Conselhos existentes no Banco do Brasil e suas respectivas funções

Conselhos do Banco do Brasil	Funções
Conselho de Administração da Diretoria Executiva	Funciona como um meio de comunicação entre os acionistas e a instituição.
Conselho Fiscal (apenas titulares)	Guarda relação com as questões tributárias e com outras correlatas, além de promover e buscar o melhor desempenho da organização.
Comitês de Auditoria	Funciona como um órgão de suporte ao Conselho de Administração.
Remuneração e Elegibilidade	Traz questões afetas à remuneração e também à elegibilidade para os cargos dentro da instituição.
Riscos e de Capital	Verifica questões conexas com a listagem de ações na B3.
Tecnologia e Inovação	Setor responsável por definir políticas direcionadas à tecnologia da informação bem como outras relacionadas à inovação.
Sustentabilidade Empresarial	Diz respeito à sustentabilidade tanto relacionada ao Meio Ambiente como também à gestão financeira da instituição.

Fonte: Adaptado do site do Banco do Brasil.

Com relação ao gênero, enfrentou o desafio de aumentar o número de mulheres nos

cargos para que desta forma houvesse maior equidade entre os gêneros. Para alcançar este objetivo foi lançado o programa Liderança Feminina, atingindo o percentual de 17,6%.

O Código de Ética promove estratégias para maior diversidade de raça. Mas ainda assim, o número de pessoas negras foi reduzido em 0,08% no ano de 2020 em relação a 2019. É um cenário desfavorável para uma empresa que pretende promover a diversidade. Levando-se em consideração que, segundo o censo de 2022 do IBGE, 55,9% da população é considerada negra (inclui pretos e pardos), ter somente 23,28% do quadro de funcionários com esta característica mostra desigualdade. Quando trata sobre a governança, o percentual é de 7,8%.

Dentro do aspecto dos Direitos Humanos, o BB enfatiza a importância quando escolhe seus fornecedores. Muitos são os critérios exigidos dos seus fornecedores para que estes estejam em sintonia com o código de ética e políticas do BB. Sendo assim, é necessário que os fornecedores obedeçam:

- À legislação trabalhista, fiscal e previdenciária;
- Não se utiliza de trabalho ilegal como infantil e/ou análogo a escravidão;
- Não empregar menores de idade em condições não autorizadas por lei como atividade insalubre, noturna e periculosa;
- Não valer-se de meios corruptos para obter vantagens. Entre outras regras que são estabelecidas no contrato.

O BB possui um tratado formal de Direitos Humanos materializado no documento chamado Compromisso BB com os Direitos Humanos. O comprimento deste tratado se estende aos fornecedores também. Para verificar isto o BB utiliza a ferramenta *due diligence* que é um procedimento de análise e investigação que avalia o compromisso ambiental e social de determinada empresa antes de firmar contrato ou acordo.

Em 2020 foram identificados dez descumprimentos da legislação trabalhista em contratos com 3.212 fornecedores. Dessas ocorrências 20% foram multadas, outros 30% foram advertidos e multadas, foram instaurados processos administrativos. Houve também a rescisão e multa para outros 30%, e suspensão para 20%. Não foi detectado risco de casos de trabalho forçado e/ou trabalho infantil.

4.1.3 Governança

A estrutura de governança do Banco do Brasil é integrada pelo Estatuto Social, pelas atas da Assembleia Geral de Acionistas, pelos Regimentos Internos dos órgãos de governança

e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, e por políticas, normas e procedimentos.

O BB fomenta diversas ações para melhoria das práticas de governança, uma delas é o ato de reavaliação de documentos como o Código de Governança Corporativa e das Políticas Gerais, por exemplo. Essa ação resultou em algumas alterações como:

- Aumento do capital social;
- Adequação dos integrantes de membros efetivos do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação;
- Foram criados procedimentos que deverão ser realizados quando há existência de oposições de interesse nas reuniões do Conselho de Administração, Conselho Diretor, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Dentre os desafios da governança está o aumento da transparência das políticas e processos de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal e outros atos ilícitos afins. Para este fim foi criado um processo de avaliação de risco de corrupção que monitora as decisões tomadas dentro do BB para garantir uma corporação e relações de negócios íntegras, éticas e transparentes. O processo licitatório, compras, fiscalização de obrigações contratuais são ações consideradas pelo BB com alto risco de corrupção.

Uma das medidas para diminuir as atividades corruptas é a adição de cláusulas nos contratos citando o comprometimento dos responsáveis pelo ato, e estes garantem ter conhecimento da Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção do Banco do Brasil. Somada a esta medida a empresa propõe aos funcionários cursos de combate à corrupção; mais de 97% do efetivo total já recebeu esta instrução.

O BB não possui nenhum envolvimento com caso de corrupção confirmado, conforme estabelece a Lei Anticorrupção ou Lei Empresa Limpa. Também não houve rescisão de contratos por descumprimento.

Para atuar no campo da transparência e dos atos anticorrupção são utilizadas a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) e também a Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, sendo este último um regulamento interno. Em 2020, foram enviadas ao BB 1.110 solicitações de acesso à informação através do Serviço de Informação ao cidadão (SIC). O tempo de retorno foi de dezesseis dias em média.

4.2 Ano de 2021

4.2.1 Ambiental

A eficiência energética é uma temática presente no relatório de 2021, a empresa destacou duas medidas para otimização do consumo de energia. A primeira delas é a gestão das faturas de energia elétrica que tem por objetivo revisar os contratos de fornecimento de energia. Esta ação gerou economia de R\$300 mil.

A segunda estratégia em destaque é o controle integrado de energia, água e utilidades prediais, este artifício foi implementado em 298 agências, com expectativa de atingir 15% de diminuição no consumo ao longo de quatro anos, que é o tempo preunciado no contrato de serviço.

Mesmo com essas ações, a empresa não obteve o resultado planejado para o ano de 2021, a meta era reduzir em 3% o consumo de energia em relação ao ano anterior, entretanto a variação foi de 2,97%. Para o ano de 2022, o objetivo é reduzir em 2,5% em relação a 2021. A migração para o mercado livre de energia teve continuidade e alcançou-se o número de 39 edifícios. Entre os anos de 2019 e 2021, houve uma economia de R\$27,1 milhões graças a esta estratégia.

Internamente, para manter o compromisso com a minimização da emissão GEE através de suas normas e políticas. O Banco do Brasil manteve a empresa especializada em auditorias ambientais para proteger a confiabilidade e o alcance do Inventário de GEE. Entretanto, houve um aumento de 22,35% na emissão de gases de efeito estufa. Somente a partir de 2021 as emissões de gases refrigerantes deixaram de ser estimadas e passaram a ser medidas.

Estas atitudes colaboraram para a concessão de mais um Selo de Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. O programa BB Papel zero obteve também resultados, em relação a 2017, alcançou-se a redução de 50% no consumo de papel. Entretanto, a comparação com o ano anterior foi de 8,03%, logo a meta de 20% não foi alcançada. Mas observando as quantidades de papel, a redução foi bastante significativa já que em 2020 foram 112,82 milhões de documentos impressos, em 2021 observou-se o consumo de 103,76 milhões. Apesar do resultado, a meta de zerar a impressão de papel até o ano de 2025 foi mantida.

4.2.2 Social

No ano de 2021, o Banco do Brasil Ajustou seu Sistema de Gestão de Saúde e

Segurança com intenção de obter a certificação ISO 45001. Esta norma foi lançada em 2018 e trata de Padronização para sistemas de gestão de saúde e segurança. A equipe de Sesmt contava com 139 profissionais, mas em 2021, com o intuito de evitar a propagação da Covid-19, foi realizada apenas uma avaliação de riscos ambientais, e nenhuma inspeção de segurança e análises ergonômicas. Com relação ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, na quantificação de acidentes de trabalho o número foi reduzido para 185.

A equidade de gênero e raça continuam nos compromissos do BB. Na diversidade dos grupos responsáveis pela governança, o índice de mulheres aumentou em 1,51%. Em 2021, o cargo de presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil passou a ser ocupado por uma mulher.

No âmbito racial houve uma redução de 0,45% quanto ao quantitativo de pessoal negro. Para a seleção de fornecedores, os critérios não foram alterados, com isso a *due diligence* continuou. Foram identificados dez descumprimentos da legislação trabalhista em contratos com 3.212 fornecedores. Dessas ocorrências 20% foram multadas, outros 30% foram advertidos e multadas, foram instaurados processos administrativos. Houve também a rescisão e multa para outros 30%, e suspensão para 20%. Em 2021 não foram constatados fornecedores que tivessem envolvimento com trabalho forçado e/ou trabalho infantil, nos últimos três anos.

4.2.3 Governança

Para o ano de 2021 foi adicionada nova ferramenta para evolução das boas práticas de governança que é o índice de governança e gestão em contratações (IGov Contrat). Este instrumento combina as avaliações resultados percebida pela “Governança das Contratações” (GovContrat) com o Índice de Gestão das Contratações (IGestContrat). Por meio desta ferramenta é possível constatar as maiores demandas de serviços e a respectiva área, mantendo-se sob os mandamentos da Lei 3.303/2016 que Regulamenta o processo licitatório.

Na Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos sobre anticorrupção, o BB alavancou para 99% o total do efetivo que recebeu o treinamento. A respeito do acesso à informação, em 2021, o Banco do Brasil recebeu 461 solicitações de acesso, número reduzido comparado ao anterior. A dilação para resposta foi de onze dias.

4.3 Ano de 2022

4.3.1 Ambiental

Em relação à eficiência energética, no relatório de 2022 o BB informa que já consome energia fornecida por oito usinas solares que resultaram em economia de R\$13,7 milhões. Neste ano em questão estavam sendo construídas seis novas usinas, quinze se encontravam em processo de contratação, logo até 2024 serão 29 fontes. Todas juntas atenderão mais de mil agências.

A estratégia de gestão de faturas de energia elétrica, em 2022 trouxe a economia de R\$1,9 milhões. Houve a implementação de cinco novas usinas que resultaram na economia de aproximadamente R\$5,6 milhões. Ainda no mesmo ano atingiu o número de 62 edifícios operando com energia do ambiente de contratação livre. O objetivo é que mais 15 unidades migrem para esta fonte no ano de 2023.

Focando no compromisso com as práticas ASG, principalmente com o cuidado com o meio-ambiente, o BB se propôs a substituir os aparelhos de ar condicionado adquirindo os que possuam uma tecnologia mais atualizada. Este procedimento reduziu o consumo de energia elétrica, cooperando também com a diminuição de emissões de GEE.

O BB submeteu seu inventário de GEE à averiguação externa, conforme a determinação do Programa GHG Protocol e ISO 14.064, pelo Instituto Totum. A empresa obteve uma redução de emissão de GEE de 29,95% de acordo com o inventário.

O programa Papel Zero reduziu em 12,3% o total de impressão em relação ao ano de 2021, ou seja 12,75 milhões de documentos físicos a menos. O objetivo de zerar o consumo até o ano de 2025 foi reanalisado, e definiu-se que o BB se compromete a reduzir em 70% até o ano de 2028 em relação à quantidade produzida em 2017.

A tabela abaixo ilustra a evolução dos resultados no programa papel zero de 2017 a 2022.

Tabela 4 – Evolução do programa de redução de papel impresso no Banco do Brasil

Ano	Nº de doc. impressos (em milhões)	Redução (%) em relação a 2017	Redução (%) em relação ao ano anterior
2017	224,22	100,00%	-
2018	173,51	-22,62%	-22,62%
2019	134,92	-39,83%	-22,24%
2020	112,82	-49,68%	-16,38%
2021	103,76	-53,72%	-8,03%
2022	91,01	-59,41%	-12,29%

Fonte: Adaptado do relatório de administração do ano de 2022.

4.3.2 Social

Em janeiro de 2022, houve a substituição do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais pelo Programa de Gestão de Risco (PGR), obedecendo a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho (MT). Esta norma determina regras referentes à segurança e à medicina do trabalho para todos os trabalhadores e empresas que estão sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Esta mudança trouxe a adição das consultorias ergonômicas, em 2022 foram realizadas 1.499 consultorias pelo SST. Quanto às avaliações de riscos ambientais foram 2.796, 2.948 inspeções de segurança e 451 análises ergonômicas.

A rede Sesmt passou a contar com 132 profissionais. As agências com até cem colaboradores possuem um profissional incumbido de executar a inspeção para Prevenção e Acidentes de Trabalho. As unidades com mais de cem funcionários contam com uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA), conforme impõe a Norma do MT.

O PGR identificou aumento significativo no número de acidentes de trabalho, foram 165 em relação ao ano de 2021. A justificativa para este fato é o retorno do trabalho presencial, o que ocasionou o aumento dos acidentes de trajeto.

Com relação à diversidade de gênero dos grupos responsáveis pela governança, a representatividade feminina passou a ocupar 21,43% dos cargos, um aumento de 2,32%. Na diversidade racial dos grupos responsáveis pela governança houve um aumento de 4,08% em relação ao ano de 2021.

Na *due diligence*, dos fornecedores examinados, 177 apresentaram risco alto na dimensão Social (Direitos Humanos). A seção com maior risco foi a de serviços gerais, obras

civis e serviços técnicos especializados. Em 2022, foram detectados 21 descumprimentos de legislação trabalhista do total de 15.680 contratos em vigor.

4.3.3 Governança

No ano de 2022, houve a revisão do Programa de *Compliance*, que tem como objetivo a prevenção, identificação e correção de exposição da Instituição a não obediência às leis, normas e regulamentos externos e internos, bem como ao Código de Ética. O programa passou a abranger a responsabilidade socioambiental como um dos postulados.

O *Compliance* BB atende aos critérios exigidos pela lei de anticorrupção (Lei 12.846/2013 e Decreto 11.129/2022). Do que trata a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), o BB continua atendendo aos parâmetros exigidos. É disponibilizado no site da empresa informações públicas. Além disso, o SIC permaneceu operante, e no ano de 2022 foram contabilizados 733 requisições de acesso à informação, 59% a mais em relação ao ano anterior. O prazo médio para resposta não foi divulgado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade verificar o desempenho do Banco do Brasil em relação às práticas ASG adotadas. A pesquisa contribui para o enriquecimento dos estudantes da graduação como também para a sociedade que cada vez mais mostra interesse sobre a postura socialmente correta das diversas empresas que nos servem com seus produtos e serviços.

Diante dessa percepção, e ainda, com o objetivo de enaltecer o exercício das práticas ASG no meio acadêmico e profissional, este trabalho contribuirá com a evidenciação desse tema, complementando a formação teórica dos acadêmicos do ensino superior, trazendo aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante as aulas.

Empresas de notável atuação e que operam no mercado financeiro, a exemplo do BB, ao adotarem como modelo de atuação as boas práticas que envolvem ASG acabam gerando também em outras empresas a sensação de necessidade de apoiar as causas ambientais. Além disso, por ter em sua pauta a proteção do Meio Ambiente e também privilegiar outras questões igualmente relevantes como a segurança do trabalho, a instituição promove dentre os seus concorrentes uma espécie de risco caso não sejam também por eles adotadas atuações de

proteção ambiental.

Dessa forma, as ações do BB quanto às práticas/posturas de ASG, torna a instituição mais rigorosa na análise de concessão de crédito, repercutindo em sua política de crédito e conseqüentemente no mercado financeiro. Pois, para que a concessão de crédito ocorra, o possível tomador deve cumprir algumas diretrizes como por exemplo: não ter envolvimento com lavagem de dinheiro, não submeter seus colaboradores a formas de trabalho contrárias aos direitos humanos, não exercício de atividades ilegais, não ter ligação com dano doloso ao meio ambiente, entre outros.

Empresas que tenham como princípios de atuação a valorização dos mesmos ideais da instituição podem ter vantagem quando da necessidade de contratação com o banco, fomentando assim um número cada vez maior de empresários e outras instituições a adotarem em sua forma de agir protocolos que valorizem e garantam o bem estar social ambiental.

Durante a pesquisa foram apresentadas diversas práticas realizadas pelo Banco do Brasil que foram divulgadas em seus Relatórios da Administração. Esta atitude atrai cada vez mais recursos para a corporação. É notório também que as estratégias vão além do ambiente interno da empresa, pois o BB busca enquadrar seus produtos e serviços nas práticas ASG.

Atualmente, existem diversas leis, normas e regulamentos relacionados com ASG que incentivam as empresas a publicarem Relatórios de Administração com informações a respeito do tema e o BB apresenta estes assuntos aos seus usuários e potenciais investidores.

É importante salientar que esta pesquisa não esgotou todas as práticas apresentadas pela empresa analisada, portanto é interessante que se explore outros compromissos internos da empresa, e também seus produtos e serviços voltados para as práticas ASG. O BB possui um portfólio de produtos e serviços bastante extenso.

REFERÊNCIAS

ABNT; BID. **Gestão de Gases de Efeito Estufa**. 2016. Disponível em: [/www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Documentos/ghg/METODOLOGIA_GuiaDeAcoes.pdf](http://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Documentos/ghg/METODOLOGIA_GuiaDeAcoes.pdf). Acesso em 20 Set 2023.

BANCO DO BRASIL. **Central de resultados**. 2021. Disponível em: <https://ri.bb.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em 5 de out 2023.

BANCO DO BRASIL. **Sustentabilidade**. Disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>. Acesso em 1 de out 2023.

BB Investimentos. **Seleção BB ESG**, 2021. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/dimef/SelecaoBBESG.pdf>. Acesso em: 24 de dez. 2023.

BOLSA DE VALORES. **ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Bolsa de Valores. Disponível em: <https://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 20 Set 2023.

CMN. **Resolução CMN nº 4.943**, de 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4943>. Acesso em: 30 set.2023.

CMN. **Resolução CMN nº 4.945**, de 15 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4945>. Acesso em: 30 set.2023.

CORPORATE KNIGHTS; **The 100 most sustainable corporations of 2022**. Disponível em: <https://www.corporateknights.com/rankings/global-100-rankings/2022-global-100-rankings/100-most-sustainable-corporations-of-2022/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

FGV. **Contabilização, quantificação e publicação de inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa**. 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/f6ce0440-782f-4cb0-9055-4fd963e7d9ad>. Acesso em 11 nov. 2023

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019.

IBGE. **Conheça o Brasil - População COR OU RAÇA**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> Acesso em: 11 nov. 2023

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION - IFC. **Assessing and unlocking the value of emerging markets sustainability indices**. Washington: IFC, 2011.

LEUTER Duarte; KLEFENS Paula. **Análise de Crédito e risco**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015.

LIMA, D. V.; VIEGAS, W. Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP, n. 30, p. 46-53, 2002.

MACHADO, V. N.; RODRIGUES, A. W.; VENDRUSCOLO, M. I. **Práticas Ambientais, Sociais e Corporativas (ASG) para um Eficiente Modelo de Gestão Sustentável: um estudo de caso**. ConTexto - Contabilidade em Texto, Porto Alegre, v. 23, n. 55, p. 116–128, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/137563>. Acesso em: 23 dez. 2023.

MAGALHÃES, M. F. M. **Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável ASG + P**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MINARDI, A. M. A. F. **O papel das finanças sustentáveis na transição verde.** Revista Contabilidade & Finanças, [S. l.], v. 34, n. 93, 2023. DOI: 10.1590/1808-057x20239044.en. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/219040>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, A. F. G. **A macrotransição do século XXI: o ASG como um reflexo da ascensão na consciência humana.** Insper, 2021. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/5449>

SOUZA, E. G. **Iniciativas ASG (ambiental, social e governança corporativa) e o relato integrado: um estudo do setor elétrico brasileiro.** UNIFESP, 2022. Disponível: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/66237/TCC%20Eduardo%20Gomes%20de%20Souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 02 de jan. 2024.

THE GLOBAL COMPACT; **Who Cares Wins.** Disponível em: https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf Acesso em: 5 nov. 2023.

TINOCO E. P; KRAEMER M. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNGARETTI, Marcella. **ESG de A Z:** Tudo o que você precisa saber sobre o tema. EXPERT XP, p. 2-29, 8 set. 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/esg/esg-de-a-a-z-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-tema/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

VAN DE VEN, A. **Engaged Scholarship - A Guide for Organizational and Social Research.** Oxford University Press Inc., New York, 2007.

VEIGA, J. E. **Indicadores de sustentabilidade.** Estudos Avançados [online]. 2010, v. 24.

WOLFF, L. Z; BEHR, A. **Contabilidade ambiental: um estudo bibliométrico dos artigos publicados no encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente.** UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197703>. Acesso em: 8 jan 2024..